



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Cap. Alberto Neto)

**Requer do Excelentíssimo  
Ministro da Saúde, Senhor  
Alexandre Padilha, informações  
sobre o Programa Mais Médicos,  
no Amazonas.**

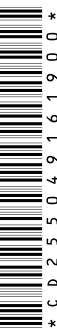
Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro seja encaminhado ao Exmo. Ministro da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, solicitação de informações sobre o Programa Mais Médicos, no Amazonas. Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

1) Senhor Ministro, quais estratégias estão sendo implementadas para garantir a permanência dos médicos nas comunidades amazônicas após o término do contrato inicial, considerando que a rotatividade compromete a continuidade do cuidado?

2) Além do envio de profissionais, quais investimentos concretos em infraestrutura estão previstos para as unidades de saúde do Amazonas, considerando que muitos médicos relatam impossibilidade de realizar procedimentos básicos devido à falta de equipamentos e insumos?

3) Existe algum programa de formação específica para os médicos designados ao Amazonas que considere as particularidades epidemiológicas, geográficas e culturais da região, especialmente para o atendimento a populações indígenas e ribeirinhas?





## Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/AM

4) Considerando as imensas distâncias e dificuldades de deslocamento no Amazonas, como o Ministério planeja integrar o programa Mais Médicos com iniciativas de telemedicina, permitindo que os profissionais nas localidades remotas possam contar com apoio especializado à distância?

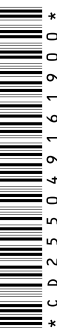
### JUSTIFICATIVA

O Ministério da Saúde anunciou recentemente a chegada de 46 novos profissionais do programa Mais Médicos ao estado do Amazonas a partir de abril de 2025. Esta nova leva de médicos representa um reforço significativo para o atendimento em saúde nas regiões mais remotas e carentes do estado, onde o acesso a serviços médicos básicos continua sendo um desafio.

O programa Mais Médicos foi criado com o objetivo de suprir a carência de profissionais de saúde em regiões de difícil acesso e alta vulnerabilidade social. No Amazonas, estado caracterizado por grandes distâncias, rios como principais vias de acesso e comunidades isoladas, o programa tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da atenção primária à saúde.

A chegada desses 46 novos profissionais ampliará a cobertura médica em 15 municípios amazonenses, beneficiando principalmente populações ribeirinhas, indígenas e comunidades periféricas de Manaus. Este incremento elevará o contingente total de médicos do programa no estado para mais de 300 profissionais, representando um avanço significativo na capacidade de atendimento.

Apesar dos inegáveis benefícios, o programa enfrenta críticas importantes que merecem atenção. Uma das principais críticas é a alta rotatividade dos médicos participantes. Muitos profissionais permanecem apenas durante o período contratual mínimo e depois deixam as comunidades, criando ciclos de descontinuidade no atendimento. Isso compromete o vínculo médico-paciente e o acompanhamento de tratamentos de longo prazo, especialmente para doenças crônicas prevalentes na região. Os novos





Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/AM

médicos frequentemente enfrentam condições de trabalho inadequadas: postos de saúde sem equipamentos básicos, falta de medicamentos e ausência de estrutura para exames complementares. No interior do Amazonas, essa precariedade é ainda mais acentuada, obrigando os profissionais a trabalharem com recursos muito limitados. Há relatos de dificuldades na integração dos médicos do programa com as equipes de saúde locais e com os sistemas municipais de saúde.

A falta de alinhamento entre o programa federal e as secretarias municipais de saúde por vezes gera conflitos administrativos que prejudicam a efetividade das ações. Particularmente no Amazonas, a diversidade cultural e linguística representa um desafio adicional. Médicos de outras regiões ou países enfrentam barreiras significativas para compreender práticas culturais, especialmente em comunidades indígenas, o que pode comprometer a qualidade e a aceitação do atendimento.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 25 de março de 2025.

**CAPITÃO ALBERTO NETO**  
**Deputado Federal / PL-AM**

